



João de Araújo

Subcomissão debaterá serviços públicos

A realização de duas audiências públicas para discutir a universalização dos serviços públicos foi aprovada ontem pela Subcomissão de Agências Reguladoras, ligada à Comissão de Fiscalização e Controle. A proposta de promover os debates foi da presidente da subcomissão, senadora Ana Júlia Carepa (foto).

Página 3

PREVIDÊNCIA

Governo admite negociar quatro pontos da reforma



Waldemir Rodrigues

■ Informação foi prestada ontem à noite pelo líder Aloizio Mercadante. CCJ continuava reunida

Depois de sete horas de reunião, com obstrução constante, o governo admitiu negociar quatro pontos da reforma, se houver concordância dos governadores. Trata-se dos subtetos salariais nos estados, isenção para aposentados com mais de 70 anos, controle social da previdência e flexibilização da transição.

Páginas 4 e 5

DEBATE Presidida por Edison Lobão, CCJ analisava ontem à noite o parecer de Tião Viana à proposta de reforma da Previdência

CPI DO BANESTADO

Senadores querem mais prazo para concluir trabalho



José Cruz

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros, e o relator, deputado José Mentor, querem prorrogar o prazo de funcionamento da comissão, para poder chegar aos responsáveis pela evasão de divisas.

REUNIÃO Deputado Mentor e senador Antero Barros

Página 3

Plenário discute a proibição da Justiça ao programa Domingo Legal

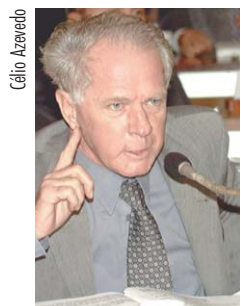
Página 6

Ministro dos Transportes pode ser convocado

Página 3



Camata faz homenagem a jornal capixaba



Camata destacou 75 anos do periódico A Gazeta

O senador Gerson Camata (sem partido-ES) prestou homenagem ao jornal A Gazeta, do Espírito Santo, pelos seus 75 anos. Camata apresentou requerimento solicitando que seja formulado voto de congratulações à diretoria do jornal, pelo aniversário do periódico.

Segundo o senador, a publicação faz parte da história do estado, além de ter se consolidado como um "porta-voz dos anseios dos capixabas junto ao poder decisório".

Virgílio pede rolagem das dívidas da Varig

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu a liberação de recursos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para a Varig. Segundo o parlamentar, a empresa é viável e estratégica para a economia brasileira. Ele assinalou que a Varig gera 27 mil empregos e que a proposta de fusão com a TAM não seria a melhor alternativa para solucionar a crise financeira da empresa.

– Se essa opção vier a se consumir, o governo vai ter que enfrentar problemas semelhantes com as demais empresas do setor aéreo – afirmou.

Conforme o senador, a rolagem das dívidas da Varig seria o mais correto.

Agenda

MPs trancam pauta de votação

Duas medidas provisórias trancam a pauta da sessão de hoje: a que institui mecanismo de certificação de diamantes brutos para exportação e importação (MP nº 125/03); e a que autoriza a União a assumir

despesas de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentado terrorista e atos de guerra, no Brasil ou no exterior, contra empresas brasileiras de transporte aéreo (MP nº 126/03). A sessão tem início às 14h30.



Na Câmara, iniciativas em defesa do transporte público

Serão lançados hoje, às 10h, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar do Transporte Público, que reúne

senadores e deputados federais, e o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT).

Eles têm como objetivo promover o barateamento das tarifas e o desenvolvimento do sistema de transporte do país.



Comissão analisa visto para estrangeiro

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tem reunião para votar vários itens. Entre eles, projeto que permite a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem

emitido por governo não reconhecido pelo governo brasileiro (PLS nº 3/02); e o que institui a obrigação do ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, Marinha e Aeronáutica (PLS nº 281/03).

Orçamento deve votar crédito suplementar para ministérios

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar hoje avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias em órgãos

públicos. Também na pauta o projeto que abre crédito suplementar nos orçamentos fiscal e da seguridade social no

valor de R\$ 27,2 milhões em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo (PL nº 20/03-CN).

Profissão de artesão em exame na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), se reúne hoje, às 10h, para votar, entre outros, o projeto que dispõe sobre a profissão de artesão (PLS nº 57/02); e a proposta que inclui os portadores dos vírus de hepatites na distribuição gratuita de medicamentos, como ocorre com os portadores de HIV e doentes de Aids (PLS nº 85/02). Os projetos têm decisão terminativa.



CPI do Banestado faz reunião

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC-5, se reúne hoje, às 11h, para discutir assuntos administrativos. A CPI é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Educação indígena em debate

O programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado hoje, às 19h30, recebe Fausto Mandulão e Francisco Novantino, da Comissão Nacional de Professores Indígenas, para discutir diferenças da educação indígena. De acordo com números do governo, o Brasil dispõe de cerca de 1.500 escolas indígenas, com 100 mil estudantes.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DIALOGO Cordialidade marcou encontro de Sarney com Grupo Parlamentar Brasil-França

Sarney recebe senadores franceses

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem uma delegação de nove senadores franceses, acompanhados pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) e pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG), que integram o Grupo Parlamentar Brasil-França. Heráclito ressaltou que o tom da visita foi de cordialidade e troca de informações.

– Temos muitos interesses comuns e somos vizinhos da França através da fronteira com a Guiana – lembrou o senador.

Heráclito disse também que o presidente Sarney presenteou os visitantes com exemplares de alguns livros de sua autoria já traduzidos para o francês.

Já o deputado Paulo Delgado observou que a França é "um parceiro essencial", o quinto maior investidor estrangeiro no Brasil, e que, embora existam divergências na área do comércio de produtos agrícolas, há "muita proximidade" na política internacional, especialmente nas posições dos dois governos quanto à necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas (ONU).

Partido espanhol

José Sarney recebeu também o diretor internacional da Fundação de Assuntos Econômicos e Sociais do Partido Popular espanhol, Jorge Moragas. Segundo o visitante, a conversa serviu para atualizar as informações sobre a situação interna brasileira, as perspectivas de futuro e o relacionamento entre os dois países.

– O presidente Sarney exerce autoridade política indiscutível num país tão importante para a Espanha como é o Brasil, por isso viemos visitá-lo – afirmou.

Moragas acrescentou ter aproveitado a ocasião para expressar a preocupação de seu partido com a situação das liberdades e direitos fundamentais em Cuba, país que receberá em breve a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CPI do Banestado deve ter prazo prorrogado

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), decidiu ontem propor, juntamente com o relator, deputado José Mentor (PT-SP), a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão.

– Reunimos enorme quantidade de dados e informações sobre a evasão de divisas, quebramos o sigilo de milhares de contas bancárias e estamos em pleno processo de investigação. Precisamos de mais tempo para chegarmos aos nomes dos responsáveis pela gigantesca evasão de divisas – justificou o senador.

Os parlamentares da CPI devem analisar hoje a criação de subcomissões temporárias, integradas por quatro parlamentares cada uma, para realizar diligências nos estados.

A CPI ouviu ontem, em reunião secreta, depoimentos dos funcionários do Banco do Brasil Antônio Araújo dos Santos, da Área de Valores, e Theógenes Silva Rocha de Oliveira, da Área Internacional. Também pres-

tou depoimento o ex-gerente da agência de Foz do Iguaçu (PR) Luiz Antônio Paganini.

O presidente da comissão, Antero Paes de Barros, informou, antes de a reunião tornar-se secreta, que os integrantes da CPI foram convidados pelo Banco do Brasil a participar, nos próximos dias 1º e 2 de outubro, de seminário sobre a prevenção da lavagem de dinheiro. Deverão estar presentes o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o juiz italiano Giovanni Salvi e o ex-senador da Itália especialista em segurança Pino Alati. Salvi fez parte do grupo de magistrados que combateu a Máfia.

Está sendo investigada pela CPI a remessa ilegal de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior, por meio das chamadas contas CC-5, destinadas a brasileiros que residem fora do país e empresas com sede no exterior.

A evasão de divisas ocorreu entre 1996 e 2002 e deve envolver entre 100 e 200 pessoas, segundo depoimentos feitos à comissão.



DECISÃO Presidida por Ney Suassuna, CFC deve votar na próxima semana pedido para comparecimento do ministro dos Transportes

Adauto pode ser chamado para esclarecer denúncia

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, deverá comparecer à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para prestar esclarecimentos sobre denúncias publicadas na revista *IstoÉ*. Segundo a matéria, ele estaria envolvido na cobrança de supostas propinas para liberar pagamentos atrasados ao consórcio que aluga lombadas eletrônicas para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

O comparecimento do ministro é solicitado em requerimento do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), a ser votado na próxima reunião da comissão, marcada para 2 de outubro. Para o senador, as denúncias envolvendo o nome do

ministro são graves e a audiência servirá para que Adauto possa esclarecer, de uma vez por todas, o episódio.

Auditorias

Na reunião de ontem, a CFC, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), decidiu arquivar três avisos enviados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), relativos a auditorias.

O tribunal analisou, na Prefeitura de Teresópolis (RJ), a aplicação de recursos repassados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Também foram examinadas as obras de implantação de sistema de transmissão de Itaipu (PR) para São Paulo, além do processo de criação da Fundação Banco do Brasil.

José Jorge critica proposta de tirar poder das agências

■ Para senador, medidas previstas em dois anteprojetos de lei do governo constituem grave retrocesso



CORREÇÃO José Jorge diz que agências promovem licitações sem qualquer problema

Em nome da liderança do PFL, o senador José Jorge (PE) criticou ontem, em discurso no Plenário, dois anteprojetos de lei do governo federal que, segundo disse, retiram poderes e atribuições das agências reguladoras. Ele protestou contra a decisão de se transferir os processos de licitação e leilões para os ministérios setoriais, e o curto prazo em que as matérias ficarão submetidas a consulta popular – até 30 de setembro.

Ex-ministro de Minas e Energia, José Jorge considerou “pe-

rigoso” o fato de o governo procurar interferir na gestão e nas competências das nove agências reguladoras. Em vez de enfraquecê-las, caberia à União prestigiá-las, de modo a estabilizar sua estrutura e atuação,

Serviços públicos geram debate em subcomissão

Em reunião ocorrida ontem, a Subcomissão das Agências Reguladoras, que funciona no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), definiu seu roteiro de trabalho. Por proposição da presidente da subcomissão, Ana Júlia Carepa (PT-PA), foram aprovadas as realizações de duas audiências públicas. Ambas deverão debater a universalização dos serviços públicos – a primeira no setor de energia elétrica, e a outra no de telecomunicações.

Ainda não foram definidas as datas em que as audiências serão realizadas. O relator da subcomissão, senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), destacou a importância dos temas. Foram aprovados ainda os pontos de abrangência da subcomissão. Entre eles se incluem a fiscalização de atos de gestão das agências reguladoras. Também serão debatidos os mecanismos de participação dos consumidores, garantia da transparência da atuação das



INICIATIVA Ana Júlia é autora da proposta de realização das duas audiências públicas

agências, acompanhamento do serviço de ouvidoria e verificação do processo de fixação das tarifas dos serviços delegados.

Alvaro destaca ação em defesa do Mercosul

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou a importância da visita dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, ao Uruguai para tratar da participação do Legislativo brasileiro em um futuro parlamento do Mercosul. O Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, prevê a criação de uma comissão parlamentar do mercado comum.

– Essa visita tem um significado estratégico na evolução do processo de integração regional e o consequente fortalecimento do Mercosul. Sabemos que a integração econômica regional é

um dos principais instrumentos de que dispõem os países da América Latina para impulsionar o seu desenvolvimento econômico e social – disse.

Segundo Alvaro, a viagem de Sarney e João Paulo se insere em um esforço maior de fortalecimento das relações entre os países da América Latina e de luta contra o protecionismo comercial imposto pelas nações ricas.

– Por meio do fortalecimento político das nações emergentes conseguiremos decisões internacionais democráticas e evitaremos a asfixia econômica que subjuga as nações pobres – afirmou.



VANTAGEM Alvaro defende criação de parlamento do mercado comum

PREVIDÊNCIA

Cinco senadores – Alvaro Dias, Efraim Morais, Demostenes Torres, Arthur Virgílio e Paulo Octávio – já haviam apresentado até a meia-noite, na CCJ, propostas alternativas

Demostenes propõe isenção para inativos e subteto estadual único

Isenção da contribuição previdenciária de 11% dos aposentados e pensionistas, paridade e integralidade dos salários dos servidores e elevação para 75 anos na idade para aposentadoria compulsória são alguns dos pontos do voto em separado apresentado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) ao relatório favorável de Tião Viana (PT-AC) à reforma da Previdência.

Em seu relatório, apresentado na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes aponta aspectos que considera inconstitucionais na proposta do governo.

Em seu voto, Demostenes cobrou coerência de todos os senadores, citando a aprovação, na terça-feira, no Plenário do Senado, do Estatuto do Idoso.

– De nada adianta assegurar tantos direitos em um dia e já no outro saquear de seus bolsos aquilo que conquistaram com esforço contínuo por vários anos.

Ele argumentou que, de acordo com decisão já proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a cobrança de contribuição previdenciária de inativos é inconstitucional porque fere o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, previstos pela Constituição.

O senador também sugere a paridade e integralidade dos salários para os atuais funcionários com base na adoção do critério *pro rata tempore*, uma fórmula de cálculo para quem se encaixar nas regras de transição.

Ele propõe ainda: instituição de quatro fundos públicos de previdência complementar; subteto com base no subsídio da remuneração dos desembargadores dos tribunais de Justiça para os estados, Distrito Federal e municípios; desestatização do acidente de trabalho; elevação de 70 para 75 anos da aposentadoria compulsória; isenção de cobrança aos portadores de deficiências; e a realização de censos previdenciários a cada cinco anos.



Demostenes Torres cobra coerência com o Estatuto do Idoso

Efraim exclui da contribuição os atuais servidores aposentados

No seu voto em separado à proposta que reforma a Previdência, o líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), criticou o que qualificou de “pressão” do governo federal sobre os deputados e disse que se engana quem acha que a matéria está decidida. A pressão, avaliou Efraim, se estende à imprensa, que, sem crítica, compra a versão do governo sobre a necessidade de reformar o sistema previdenciário, principalmente dos servidores públicos.

O senador citou diversos pontos do texto aprovado pela Câmara que, na sua opinião, carecem de aperfeiçoamentos. Mas, em sua proposta, Efraim reconhece a necessidade de reparos na Previdência Social para contornar as dificuldades de caixa ocasionadas pelos déficits no sistema, nas três esferas de governo.

– Há necessidade de alterações. No entanto, acreditamos que algumas regras podem ser amenizadas, sem desfigurar a proposta original do Poder Executivo.

Entre os tópicos que precisam de ajustes, o líder da Minoria relacionou a definição do subteto das aposentadorias nos estados, um dos pontos de maior controvérsia do projeto. Para Efraim Morais, o salário do desembargador dos tribunais de Justiça deve servir como parâmetro nos estados e não o salário do governador, como no texto defendido pelo governo.

O senador defendeu a integralidade da aposentadoria, equivalente ao vencimento do servidor em atividade. A favor da contribuição dos inativos, como forma de incentivar a permanência no serviço público após as mudanças na Previdência, Efraim sugeriu a manutenção da proposta para que seja pago um abono de permanência equivalente ao valor da contribuição previdenciária (11%). Porém, o senador excluiu os atuais aposentados ou aqueles que já têm direito à aposentadoria integral do pagamento da contribuição.



Efraim Morais reconhece necessidade de reparos na Previdência Social

Alvaro defende voto contrário e aponta contradições do PT

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) dividiu em duas partes o voto em separado que apresentou ao parecer do senador Tião Viana sobre a proposta de reforma da Previdência. Primeiro, ele traçou um paralelo entre as posições do PT antes de chegar ao governo e as que defende agora. Depois, baseado em parecer do tributarista Sacha Coelho Navarro Coelho, pela inconstitucionalidade da contribuição dos inativos, o senador concluiu pelo voto contrário à taxaço. Ele também apresentou 70 emendas e disse que se nenhuma delas for acatada votará contra todo o projeto.

– A sociedade civil, por meio de inúmeras manifestações, tem demonstrado sua perplexidade diante das mudanças propostas, as quais, se referendadas por esta Casa, podem caracterizar uma omissão inaceitável do Senado da República. É chegada a hora de firmarmos nossa posição em defesa da manutenção de alguns princípios basilares da Previdência no país.

Declarações feitas por petistas antes de Luiz Inácio Lula da Silva vencer as eleições foram lembradas por Alvaro Dias. Em uma delas, a atual ministra da Assistência e Promoção Social e então senadora em 1997, Benedita da Silva, teria dito que não se pode admitir que seja transferida para os funcionários a culpa pelo “descalabro administrativo” e pela má gestão da Previdência ao longo dos anos.

Já o parecer apresentado por Sacha Coelho, que também é juiz federal aposentado, sustenta que inexistem fundamentos técnicos, éticos e jurídicos para a tributação dos servidores federais inativos.

Em seu parecer, incorporado ao voto em separado de Alvaro Dias, Sacha Coelho afirma que, mesmo considerando a taxaço dos aposentados uma contribuição social, na prática o que haveria seria um adicional de Imposto de Renda.



Para Alvaro Dias, sociedade demonstra perplexidade

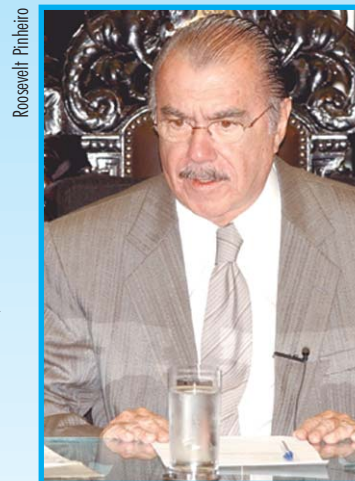
Adiamento da ordem do dia gera debate

Até que a leitura de duas medidas provisórias (MPs) que chegaram da Câmara dos Deputados trancasse a pauta de votações do Senado, a suspensão da ordem do dia para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prosseguisse com a discussão da reforma da Previdência provocou polêmica no Plenário. Alvaro Dias (PSDB-PR) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) foram os primeiros a apresentar

questão de ordem, afirmando que seus partidos discordavam do adiamento da ordem do dia. Segundo os dois senadores, a suspensão só poderia ocorrer com a anuência de todos os líderes partidários. O presidente da Casa, José Sarney, explicou que somente colocou o adiamento em votação porque havia sido informado de que existia acordo entre os líderes para a suspensão. Com a declaração, Sarney respondeu a Antonio Carlos e

disse ainda que jamais deu a qualquer parlamentar o direito de pensar que ele tenha conduta subalterna, seja qual for a situação. O episódio rendeu inúmeras manifestações de solidariedade ao presidente do Senado, a começar pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), primeiro a exprimir sua admiração por Sarney. O próprio senador Antonio Carlos retomou o microfone para desculpar-se e dizer que o episódio teve o aspecto

positivo de permitir tantas expressões de amizade a José Sarney. Com as manifestações contrárias ao adiamento, a ordem do dia foi retomada para, em seguida, voltar a ser suspensa em função da leitura das medidas provisórias com prazo regimental vencido. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou que não se votasse o projeto que cria o programa de incentivo ao primeiro emprego, item que dava início à pauta de votações.



APOIO José Sarney recebeu solidariedade pela maneira como conduz os trabalhos

PREVIDÊNCIA

Quatro pontos do projeto podem ser modificados durante a votação na CCJ, desde que haja a concordância dos governadores, segundo o líder Aloizio Mercadante

Governo admite negociar pontos da reforma



ARTIFÍCIO Apresentação de propostas alternativas ao relatório de Tião Viana (foto menor) foi usada pela oposição para atrasar trabalhos

Partidos oposicionistas obstruem votação na CCJ

Por horas seguidas, senadores dos partidos de oposição ao governo (PFL, PSDB e PDT) usaram de todos os artifícios permitidos pelo Regimento Interno para atrasar a votação da reforma previdenciária na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). E, com isso, obrigar o governo a negociar.

A principal manobra foi a apresentação de propostas alternativas ao parecer do relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC). Às 23h30 da noite de ontem, estava sendo lido o relatório paralelo do senador Paulo Octávio (PFL-DF), o quinto apresentado pelos partidos de oposição.

Somente para a leitura dos três primeiros relatórios paralelos foram necessárias mais de oito horas, sempre intercaladas por dezenas de pedidos de questões de ordem e de esclarecimentos ou observações. O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, foi de longe o autor do maior número de indagações ao presidente da CCJ, senador Edison Lobão. Para ele, nada justificava a pressa com que a CCJ estava discutindo e votando a reforma da Previdência Social.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, chegou a dizer que não entendia as razões da obstrução do líder do



Célio Azeredo

PSDB. Os senadores do PFL também usaram todos os motivos possíveis para interromper o andamento das leituras – reclamaram várias vezes do barulho na sala de reuniões, da falta de intervalo para almoço (o que acabou ocorrendo) e do adiantado da hora.

– Eles podem obstruir à vontade, mas temos um acordo de líderes, inclusive do PFL e do PSDB, para que a votação termine de qualquer forma na terça-feira – informou o senador Aloizio Mercadante.

Após sete horas de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com obstrução constante da oposição (PSDB-PFL-PDT), e uma tentativa de acordo entre as lideranças partidárias, o governo admitiu na noite de ontem negociar alterações em quatro pontos da reforma da Previdência, desde que haja concordância dos governadores. A informação foi dada à imprensa pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Os quatro pontos envolvem os subtetos salariais que serão aplicados nos três Poderes dos estados; isenção para os aposentados por invalidez com mais de 70 anos (não para todos os valores); controle social dos sistemas de previdência social do país; e flexibilização da transição do atual sistema para o novo modelo de previdência, para beneficiar quem está prestes a se aposentar.

– Nada será alterado na reforma da Previdência sem a concordância dos governadores e do governo federal. Tudo isso tem custo para as contas públicas. No caso específico da transição, é uma negociação difícil, pois o impacto é severo nos gastos dos estados e da União. E calcular esses impactos leva tempo, principalmente nos estados – alertou Mercadante.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), suspendeu a reunião às 20h30 para a tentativa de acordo entre os líderes partidários, Mercadante e o relator, senador Tião Viana. Ao final, o líder do PFL, José



PACIÊNCIA Mercadante disse que obstrução é legítima mas chegará a hora da votação

Agripino (RN), afirmou que “o único acordo é que não há acordo ainda”.

Os líderes decidiram, no entanto, que votariam de qualquer forma o relatório de Tião Viana (que rejeitou todas as 321 emendas apresentadas) e os relatórios alternativos que estavam sendo lidos. Às 22h, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ainda lia o terceiro relatório alternativo da noite.

Aloizio Mercadante afirmou que os senadores governistas tinham votos para aprovar com tranquilidade o relatório de Viana, nem que isso ocorresse na madrugada de hoje. “A oposição está obstruindo de forma legítima. Só precisamos de paciência. Chegará uma hora em que haverá votação”, ressaltou, informando que só na terça-feira a CCJ voltaria a se reunir para votar os requerimentos para votação de emendas em separado.

Para Virgílio, soluções são temporárias

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, esclareceu que, no seu voto em separado ao relatório do senador Tião Viana sobre a proposta de reforma da Previdência Social, considera restritas e fiscalistas as medidas que foram propostas pelo governo ao Congresso. O senador acredita que, embora possa produzir um alívio temporário, produzido pelo aumento da arrecadação, a reforma produzirá desequilíbrio no futuro.

Virgílio também entende que a proposta de iniciativa do governo federal não trata de for-

ma adequada a inclusão, na Previdência Social, dos cerca de 42 milhões de brasileiros que hoje estão fora do sistema, embora contribuam indiretamente para sua manutenção. A seu ver, esse aspecto não poderia ser ignorado na reforma previdenciária.

– A proposta que está sendo votada é falha por não buscar uma solução de longo prazo para o desequilíbrio financeiro do sistema previdenciário brasileiro. Em contrapartida, consagra apenas soluções temporárias e parciais. Perde-se, as-

sim, mais uma oportunidade de se estabelecer um regime de previdência social baseado em parâmetros que melhor espelhem as tendências demográficas atuais e efetivamente equilibrado no longo prazo – afirmou.

Lembrando que o Partido dos Trabalhadores trabalhou contra a aprovação da reforma da Previdência proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, Arthur Virgílio disse que os parlamentares do PT estão devendo um pedido de desculpas à sociedade e a seus



ALERTA Para Arthur Virgílio, reforma proposta pelo governo provocará, no futuro, desequilíbrio no sistema previdenciário

eleitores por ter negado apoio àquela proposição. E acrescentou que o tempo veio compro-

var que o partido fez oposição não ao presidente Fernando Henrique Cardoso, mas ao país.

Sarney convidado a participar da Oktoberfest em Blumenau

O presidente do Senado, José Sarney, foi convidado ontem a participar da Oktoberfest, em Blumenau (SC). Ele recebeu o convite da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que esteve em seu gabinete juntamente com o prefeito da cidade, Décio Lima, a rainha da festa, Patrícia Lueders, e as princesas Franciene Christen e Cíntia Goldacker.

A senadora definiu o evento, que ocorrerá de 2 a 22 de outubro, como "a maior festa de Santa Catarina e a segunda do Brasil (só perde para o carnaval), mostrando a cultura alemã, que hoje é patrimônio do povo brasileiro".

– A Oktoberfest também tem uma marca muito forte, porque a realização da primeira, em 1983, foi a forma como o povo de Blumenau reagiu e superou a pior enchente da história do Vale do Itajaí – lembrou Ideli.

Ela convocou senadores e brasileiros de todas as regiões a conhecerem a festa que deverá reunir pelo menos um milhão de pessoas entre os dias 2 e 22 de outubro.



Jane de Araújo

Raupp alerta para prejuízos com a greve de professores



O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a deflagração de uma greve de professores em Rondônia. Ele reconheceu o direito à greve, mas advertiu que nunca será possível compensar os prejuízos causados a crianças e jovens pela suspensão das aulas. Raupp disse que os grevistas precisam levar em conta que o país tem 17 milhões de pessoas maiores

de 15 anos incapazes de ler e escrever.

– Somos um país pobre e, se há disparidades regionais e injustiças salariais, a educação tem prioridades que somente com abnegação dos profissionais e bom senso e equilíbrio financeiro dos gestores do setor público poderemos resgatar essa dívida social imensa com os servidores – observou Raupp.

Desde fevereiro, informou o senador, o sindicato pleiteia o início das negociações para atendimento de suas reivindicações: reposição salarial, plano de carreira, auxílio-saúde e gestão democrática. Para Raupp, a falta de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos representa um complicador das negociações. No caso específico de Rondônia, afirmou, uma pendência jurídica movida por servidores demitidos vem emperrando as negociações.

Jucá elogia livro que mostra ação filantrópica do CIEE na área médica

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) – foto – parabenizou o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) pela publicação do livro *A Saúde no Novo Conceito de Filantropia*, de Antônio Jacinto Caleiro Palma, presidente do conselho do CIEE, que retrata experiências que vêm sendo realizadas por instituições filantrópicas na área médica, visando melhorar o atendimento ao público com a elevação da qualidade do serviço médico-hospitalar.

– Uma vez que o Estado não tem experiência nem recursos suficientes para cumprir seu papel social, tem cabido ao terceiro setor responder por parte de nossas carências estruturais – afirmou Jucá.

Por terem como característica difundir o bem pela sociedade, explicou o senador pelo estado de Roraima, os integrantes das Santas Casas, hospitais filantrópicos e entidades sem fins lucrativos, vêm se apresentando como voluntários para desempenhar as tarefas relacionadas à área médica.



Osmar Dias afirma que Gugu foi irresponsável

■ Senador condenou, em discurso, a veiculação pelo SBT de entrevista com falsos marginais

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e o apresentador do programa *Domingo Legal*, Gugu Liberato, cometeram "uma irresponsabilidade e uma agressão à dignidade das pessoas" ao veicularem entrevista com falsos marginais que fizeram ameaças a jornalistas e a outras figuras públicas.

Na opinião de Osmar Dias, a exibição de uma entrevista forjada foi um abuso da emissora, que, como detentora de uma concessão pública, deveria

prestar um serviço de educação, cultura e de lazer.

– Considero um crime levar a farsa para dentro da casa do cidadão brasileiro – afirmou o representante paranaense.

Osmar Dias disse que os senadores precisam decidir se estão de acordo com o nível atual da programação ou se vão tentar contribuir para que esse nível melhore.

O senador concorda com a decisão judicial que suspendeu a exibição do programa no último domingo, embora não saiba se deveria ter sido feita de forma liminar.

Osmar fez um aditamento ao requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG) para que Gugu Liberato seja ouvido em audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE), de Constituição, Justiça e Cidadania



Roosevelt Pinheiro

OFENSA Para Osmar Dias, Gugu e o SBT agrediram a dignidade das pessoas envolvidas

nia (CCJ), da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática e da Subcomissão de Segurança Pública.

Também da tribuna, o senador José Jorge (PFL-PE) considerou bastante grave o episódio envolvendo o SBT.

Crivella defende SBT e lembra trabalho social

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) levou ao Plenário do Senado um grupo de crianças deficientes físicas para defender o trabalho social feito pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) com a campanha Teleton, de arrecadação de fundos para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Para o senador, o episódio da fraude do *Domingo Legal* não pode ser usado contra a emissora.

– Está havendo um linchamento precipitado de um empresário do porte de Sílvio San-



Roosevelt Pinheiro

Crivella ressaltou as campanhas do SBT em favor das crianças

tos, que realiza um trabalho social fantástico, por conta de um infeliz episódio em que ele não teve qualquer culpa ou responsabilidade – disse Crivella.

O senador apresentou as crianças Fernando Grossi Jr., Priscilla Gonçalves e José Luís Soares. Este último não possui as duas pernas e nem o braço esquerdo, e constitui "exemplo de esforço, de luta, uma lição de vida para todos nós", afirmou Crivella, enquanto José Luís caminhava pelo Plenário com o auxílio de pernas

mecânicas.

Em aparte, o senador Magno Malta (PL-ES) afirmou que "seria um absurdo retirar a concessão pública do SBT por causa do episódio". Jefferson Péres (PDT-AM) observou que a fraude foi "irresponsável" e "até mesmo criminosa", mas houve excesso judicial na decisão de proibir o programa. Edison Lobão (PFL-MA) disse que Sílvio Santos "é pessoa admirável, um dos maiores empresários do país". Também defenderam Sílvio Santos os senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Ney Suassuna (PMDB-PB), Renan Calheiros (PMDB-AL), Romeu Tuma (PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN).

Eduardo considera suspensão prévia um erro

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse não concordar com a suspensão prévia do *Domingo Legal*. A exibição do programa no último domingo foi proibida por decisão da presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora Ana Maria Pimentel, por causa da "reportagem" com falsos criminosos.

O representante do Tocantins afirmou que concordaria com uma decisão judicial depois de cumpridas todas as etapas processuais, como o direito ao contraditório e a mais ampla

investigação. Mas não pode aceitar a decisão de forma liminar. Eduardo citou avaliações idênticas de juristas, como Rubens Aprobato e Ives Gandra Martins.

Em aparte, o senador Romeu Tuma afirmou que a decisão da juíza não foi uma censura, mas uma punição, talvez precipitada. Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que a televisão é "um instrumento



Roosevelt Pinheiro

Eduardo Siqueira Campos: juristas condenam decisão

precioso na construção de uma identidade própria para o país".

Hélio Costa (PMDB-MG) assinalou que a principal característica que um comunicador deve ter é sua responsabilidade para com a sociedade. O senador Magno Malta (PL-ES) aplaudiu a decisão da juíza por defender, ressaltou, a sociedade e a família.

Heráclito defende fundo de estímulo à carnaúba

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu a mobilização das bancadas parlamentares do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte no Congresso Nacional contra a tentativa de arquivamento de projeto do então senador piauiense Freitas Neto que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba. Em-

bora tenha recebido, na Câmara dos Deputados, parecer favorável da Comissão de Agricultura e Política Rural, a matéria foi rejeitada pela Comissão de Finanças e Tributação, por suposta inadequação financeiro-orçamentária, decisão que levaria ao seu arquivamento.

Aprovado pelo Senado em dezembro de 2002, o projeto cria um

fundo para financiar a modernização da extração e do beneficiamento da cera de carnaúba, uma das culturas extrativas mais tradicionais do Piauí. Essa atividade também tem importância econômica para o Ceará e Rio Grande do Norte.

– O fundo seria, então, uma alavanca para reaquecer esse segmento da nossa economia que, nunca é

demais lembrar, envolve cerca de 100 mil famílias ou 500 mil pessoas – assinalou.

De acordo com Heráclito, a cera de carnaúba é o primeiro produto da pauta de exportações de seu estado, gerando uma arrecadação anual de US\$ 15 milhões.

– Investir nessa cultura pode simplesmente dobrar esses valores.



ALAVANCA Heráclito acredita que fundo reaqueceria a cultura da carnaúba no Piauí



PROJETO Mozarildo destaca a capacidade de mobilização das atividades esportivas

Mozarildo elogia inclusão pelo esporte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou a atuação do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, ressaltando o projeto de sua equipe de promover a inclusão social por meio de atividades esportivas. O senador defendeu o aprofundamento do debate sobre o assunto entre os parlamentares, com o objetivo de melhorar as condições gerais do esporte no Brasil.

Mozarildo relatou que o ministério pretende aproveitar a infra-estrutura existente em unidades militares, associações civis e clubes sociais, entre outros, para atender as populações carentes. A iniciativa deve atingir 1 milhão de jovens por ano, sem gastos elevados.

O senador informou que o projeto será viabilizado por meio de parcerias com o Ministério da Defesa, com o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional da Indústria (Senai) e a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB).

– Está mais que provado que a ação esportiva tem imensa capacidade de mobilização e, quando bem direcionada, pode abrir amplo leque de oportunidades e contribuir de forma altamente positiva para afastar muitos jovens do caminho da marginalidade – ressaltou Mozarildo.

Aelton aprova metas do plano de reforma agrária

■ Senador destaca redução no tempo de desapropriação entre as medidas propostas pelo governo federal

O senador Aelton Freitas (PL-MG) elogiou as diretrizes do Plano Nacional de Reforma Agrária, divulgadas pela imprensa, entre as quais destacou a redução no tempo de desapropriação, condições mais adequadas de assistência aos assentados, medidas especiais em mandatos de reintegração de posse, criação de varas judiciais agrárias e ouvidorias nos estados, e treinamento especial para as polícias atuarem no campo.

Em discurso ontem, o parlamentar disse ver “com muito bons olhos” a criação das ouvidorias e varas agrárias. Assinalou que as varas serão capacitadas para julgar exclusiva-



NOVIDADE Aelton considera positiva a criação de ouvidorias e varas agrárias

mente os conflitos de terra, enquanto os ouvidores poderão intermediar o diálogo entre sem-terra, policiais e fazendeiros, ressaltando a obrigatoriedade da presença de representantes do Ministério Público e da imprensa nas ações de reintegração de posse.

A partir de sua experiência de

produtor rural no Triângulo Mineiro, Aelton Freitas propôs que os assentamentos sejam sempre acompanhados de planos de cooperativismo e associativismo, que facilitem o acesso a necessidades básicas como água e luz e ao crédito rural. Pediu também que o governo contemple essas associações com linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Ao desejar sorte, firmeza e sucesso ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o senador disse que o ministro “tem pela frente o desafio de comandar aquela que talvez seja a mais polêmica das reformas que o país necessita”. E pediu aos demais senadores apoio ao ministro e ao governo nessa questão.

Pavan cobra medidas antidesemprego

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) alertou o governo para o fato de o desemprego já ter atingido 13% da população economicamente ativa brasileira, um recorde nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem.

– Estamos atravessando uma situação caótica, em que não há trabalho para jovens e para chefes de família – disse Pavan.

O senador lembrou que há seis ou sete meses o presidente Lula e seus líderes prometeram “o espetáculo do crescimento”.

– Se iria retomar, é porque crescia e parou de crescer – observou.

Para o senador, até agora não há recuperação alguma; ao contrário, há uma crise social



ÊXODO Pavan relatou que filhos de agricultores catarinenses estão abandonando o campo

sem precedentes, o que contraria as previsões dos governistas e dos analistas de mercado.

– Tenho recebido e-mails de jovens catarinenses, e também de pais de família, que pedem ajuda e providências – relatou.

Pavan acrescentou que os agricultores de Santa Catarina reclamam que seus filhos jovens saem de casa em busca de oportunidades de trabalho nas cidades grandes, principalmente nos centros turísticos, onde supõem que haverá mais emprego. O resultado, segundo o senador, é que boa parte dos jovens acaba caindo na marginalidade.

– O governo tem que tomar medidas drásticas, estimular a agricultura familiar. Diziam que haveria financiamentos, programas familiares, e nada disso ocorreu. Se os parlamentares governistas não têm a coragem de falar, de dizer ao presidente o que está acontecendo, nós, da oposição, temos que fazê-lo – finalizou.



POBREZA Indicadores sociais do Vale do Jequitinhonha são muito baixos, diz Hélio Costa

Hélio Costa luta por verbas para o Jequitinhonha

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse ontem que a bancada de Minas Gerais no Senado lutará para que a região do Vale do Jequitinhonha esteja na área beneficiada com recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, a ser criado com a reforma tributária. Ele identificou uma movimentação no Congresso Nacional para que a mais pobre região de Minas não receba verbas do fundo, junto com o Norte e o Nordeste.

– Nós não cederemos um milímetro. Vamos insistir, se necessário junto ao presidente Lula, para que não se cometa este crime contra o meu estado – declarou Hélio Costa.

O senador afirmou que os indicadores sociais do Vale do Jequitinhonha se equiparam aos dos municípios mais pobres do Norte e do Nordeste.

– Se estão achando que só existe pobreza, desemprego, seca e falta de desenvolvimento no Nordeste, venham ao Vale do Jequitinhonha – disse.

No mesmo discurso, Hélio Costa comemorou a aprovação pela Comissão de Educação, da qual ele é o vice-presidente, de dois projetos: o que obriga a inclusão do leite no cardápio da merenda escolar e o que cria bolsas para financiar estudo de universitários comprovadamente carentes.

Paim anuncia liberação do plantio de transgênico

Em discurso no Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que o vice-presidente José Alencar deveria assinar medida provisória liberando o plantio de soja transgênica, para a safra 2003/04. Ele acrescentou que a providência seria tomada por Alencar após conversa com o presidente Lula, que se encontra nos Estados Unidos.

Segundo o senador, o governo enviará em breve ao Congresso projeto regulamentando todos os aspectos relativos aos produtos transgênicos no país: plantio, comercialização, importação e exportação.

Idosos

Paulo Paim informou que o Estatuto do Idoso, aprovado na terça-feira pelos senadores, será sancionado no próximo dia 1º de outubro, durante solenidade no Palácio do Planalto em comemoração ao Dia Internacional do Idoso. Ele afirmou que a nova lei constitui grande avanço social.

O estatuto, ressaltou, pode



AVANÇO Paim informou ainda que o Estatuto do Idoso será sancionado dia 1º de outubro

alterar a atual situação do idoso no país, em que se destacam a negligência, o descaso e a violência a que são submetidos.

O texto final da nova legislação, continuou Paulo Paim, é fruto de seminários e de um trabalho conjunto de parlamentares, especialistas, profissionais da área da saúde, do direito e da assistência social, bem como de organizações não-governamentais voltadas para a defesa dos direitos e da proteção aos idosos.

Mão Santa apóia PEC sobre novos municípios

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu, em Plenário, a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que devolve aos estados a prerrogativa de instituir municípios. Ele disse que a criação de unidades municipais é sinônimo de desenvolvimento de povoados ou distritos e de formação de novas lideranças políticas para exercer cargos de prefeito e vereador. A PEC, de nº 13/03, estava ontem na pauta de votação.

Segundo o senador Mão Santa, é a Assembléia Legislativa de cada estado que conhece as particularidades de sua região e pode opinar com segurança sobre a viabilidade econômica de um povoado ou distrito. Quando governou o Piauí, segundo informou, sancionou a criação de 76 municípios, os



Mão Santa defende o retorno de prerrogativa às assembleias

quais "deram riqueza e bem-estar para suas populações".

Em aparte, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) afirmou que, também em seu estado, a implantação de novos municípios tem sido uma política acertada. Para o senador Heráclio

Fortes (PFL-PI), quando se constitui um novo município, o povoado esquecido renasce com hospitais, escolas e mercado próprio para escoamento da produção local.

Também apartando, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ponderou que, em muitos casos, as assembleias legislativas criaram unidades municipais sem condições de sobrevivência, por falta de arrecadação, gerando dependência quase exclusiva do fundo de participação municipal.

Papaléo quer campanhas contra consumo de álcool

Senador adverte que jovens começam a beber cada vez mais cedo e bebida reduz qualidade de trabalho

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) propôs a realização de campanhas educativas sobre os males do consumo abusivo de álcool e restrições à publicidade de bebidas. Citando reportagem da revista *IstoÉ*, o senador disse que o alcoolismo atinge cerca de 11% da população brasileira.

Papaléo ressaltou a importância de "campanhas mais enérgicas", voltadas principalmente para os jovens, que começam a beber cada vez mais cedo. De acordo com a pesquisa citada pelo senador, 70% dos jovens da cidade de São Paulo começaram a beber entre dez e 12 anos de idade. Para ele, a



INEFICIÊNCIA "Lei seca" é medida que não resolve o problema, afirma Papaléo Paes

proibição por meio de "lei seca" não resolve o problema, a exemplo da conhecida experiência norte-americana da década de 20.

O senador afirmou ainda que gostaria de ver abordada com mais ênfase nas campanhas contra o alcoolismo a relação

entre a bebida e acidentes de trabalho.

– Os danos causados pelo álcool afetam a produtividade do trabalhador e colocam em risco sua vida e sua integridade física, pois reduzem seus níveis de concentração e de atenção – afirmou.

Na visão do senador, o álcool é a droga mais problemática e danosa socialmente, sendo uma das principais causas de acidentes de trânsito e de morte no Brasil.

Papaléo Paes chamou a atenção para o fato de que o álcool pode causar o aparecimento de mais de 350 doenças físicas e psíquicas, como elevação da pressão arterial, cirrose hepática, disfunções sexuais e diminuição das funções cerebrais, por exemplo.

Uso de drogas também deve ser combatido

Ao manifestar sua preocupação com o uso crescente de drogas lícitas e ilícitas no país, o senador Papaléo Paes alertou para os perigos do *ecstasy*, droga que é moda nas festas, bares e boates com música eletrônica. Ele defendeu a implementação de programas de prevenção e de educação sobre os efeitos da droga.

De acordo com o senador, há um falso *marketing* em torno do *ecstasy*, apresentado como substância inofensiva, que provoca euforia, mas sem causar

dependência. Os usuários de classe média acreditam que a droga é segura por ser vendida por colegas e não por traficantes, acrescentou.

– Eu temo que mitos e facilidades associados ao *ecstasy* provoquem uma disparada no consumo, levando nossos jovens à beira do abismo – disse.

Para prevenir o uso de entorpecentes, o senador recomendou campanhas de informação e esclarecimento, a exemplo do trabalho de divulgação dos males das drogas feito pela novela

O Clone, da Rede Globo, no ano passado. O senador lamentou a falta de iniciativas semelhantes na mídia.

Papaléo também elogiou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que leva instrutores da Polícia Militar às escolas do Distrito Federal para conscientizar e educar crianças entre nove e 12 anos. Os pais dos alunos também são envolvidos nas atividades, o que seria, na visão do senador, fundamental para o sucesso da iniciativa.

Sarney elogia iniciativa para proteger menores

O presidente do Senado, José Sarney, considerou "extremamente salutar" a decisão do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) de adotar normas internas visando evitar que a propaganda de bebidas alcoólicas alcance crianças e adolescentes. Ele conversou sobre o tema ontem com o presidente da entidade, Gilberto Leifert.

– Acho extremamente salutar que se encontre o caminho da auto-regulamentação, em que os interessados cheguem a um denominador comum capaz de resguardar a sociedade, sobretudo a juventude, que é a mais atingida, para que possa evitar os excessos e abusos de bebida alcoólica. Toda vez que pudermos encontrar a sociedade unida em torno de uma solução, é bem

melhor do que nós, legisladores, termos de interferir – afirmou Sarney.

Segundo Gilberto Leifert, "as novas regras éticas adotadas pelo Conar, combinadas com a legislação existente, ampliam a proteção aos menores" e são o resultado de discussão de dois anos envolvendo agências de publicidade, veículos de comunicação, fabricantes e anunciantes.